

PROPOSTA DE MOÇÃO DE CARÁCTER ESPECÍFICO

POR UMA AGENDA ACTIVISTA ANTI-RACISTA NO LIVRE

Considerando que:

Tanto no Programa que apresentou na candidatura às eleições [legislativas de 2019](#), como naquele que depois foi aprovado para efeitos da [candidatura em 2022](#), o LIVRE tem sido consistente na defesa de medidas programáticas anti-racistas focadas nos eixos de actuação que sumariamente se seguem:

- Criminalização de comportamentos e práticas racistas, através das alterações necessárias à Lei n.º 93/2017 e ao Código Penal;
- Descolonização da cultura com recurso a instrumentos de contextualização histórica, revisão dos manuais escolares e dos currículos por forma a que não reproduzam uma visão acrítica da História de Portugal;
- Adoção de medidas que contrariem a segregação com base no rendimento, grupo étnico-racial ou outros eixos de exclusão e discriminação na Escola Pública, palco transversal e privilegiado de promoção de igualdade e de justiça social;
- Promoção da atribuição de habitação pública de forma mais transversal e inclusiva; criação de mecanismos mais eficazes de investigação de denúncias de discriminação no acesso a arrendamento;
- Adoção de medidas que contrariem a segregação nas escolas públicas com base no rendimento, grupo étnico-racial ou outros eixos de exclusão e discriminação;
- Salvaguarda do direito de os cidadãos não enfrentarem discriminação – racial, étnica ou outra qualquer – com base em algoritmos digitais;
- Fomento da participação política e representatividade de grupos habitualmente excluídos ou marginalizados nos processos de decisão política;

Observámos, no entanto, durante a [discussão do programa para as legislativas de 2022](#), [alguns recuos](#), nomeadamente quanto à [recolha de dados étnico-raciais](#) e à defesa do recurso a instrumentos como as quotas, que são medidas largamente defendidas pelas associações anti-racistas em Portugal.

As preocupações expressas quanto a estes tópicos são de natureza consequentialista e argumentos de base teórica legítima, que reconhecem o percurso não-linear do processo científico-humanístico e da criação de consensos que deverá resultar de uma análise interdisciplinar por forma a concluir pelas medidas mais eficazes para defender os objectivos propostos. No entanto, não seguem as recomendações das associações com missão anti-racista que se têm pronunciado sobre a matéria, acumulando testemunhos, conhecimento prático e teórico e trabalho de campo que não podem ser ignorados.

Considerando o passado recente da História do LIVRE e o momento político que vivemos, marcado pelo fortalecer da [representação parlamentar da extrema direita](#), parece premente que o LIVRE consolide uma agenda programática e activista anti-

racista, que permita defender com a devida força soluções políticas para as pessoas que ficam ainda em situação de maior vulnerabilidade.

Assim, é necessário:

1. Acompanhar de perto o trabalho de associações de missão anti-racista e procurar colaborar activamente com as mesmas e dar a conhecer, não só a agenda de protestos aos quais o LIVRE se deverá juntar, mas também dinamizar o diálogo, quer interno, do LIVRE, quer promover actividades em parceria que permitam **informar** devidamente das reivindicações em causa e respectivo racional **formando Membros e Apoiantes que queiram participar para uma prática anti-racista mais activa**;
2. Promover o envolvimento das pessoas racializadas nestes processos. A agenda do LIVRE para o próximo mandato dos órgãos a eleger no XII Congresso tem de ter como prioridade o **estudo mais aprofundado destas matérias**, devendo activamente promover a criação de um grupo que, no âmbito do trabalho da Assembleia (GT Programa) e em articulação com os Círculos Temáticos, acompanhe os desenvolvimentos dos instrumentos que têm sido promovidos a nível do Estado para avançar políticas anti-racistas;
 - a. Com efeito, o [Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 - Portugal contra o racismo](#) carece de acompanhamento próximo para se saber eficaz ou suficiente e para que o LIVRE possa atempadamente propor soluções e tomar posição no que refere a temáticas de igualdade e não-discriminação;
 - b. Também o **Inquérito-piloto às Condições, Origens e Trajectórias da População, aplicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)**, que tem o objectivo de começar a traçar um retrato étnico-racial dos portugueses. No entanto, tratando-se de um projecto-piloto a aplicar em sete municípios da Área Metropolitana de Lisboa, terá certamente limitações que carecerão de suprimento e o LIVRE deve procurar inteirar-se dos seus resultados e saber pronunciar-se sobre os próximos passos.

É essencial que o LIVRE enriqueça o seu programa e mobilize todos os Membros e Apoiantes para um anti-racismo activo e informado.

À consideração do XII Congresso do LIVRE,

Os primeiros subscritores,

Anaximandro Furtado,

Eunice Gomes,

Graça Nazaré,

Inês Cisneiros,

Inês Viana

Margarida Estevão,

Maria João Bernardo,

Marta Ramos,

Natércia Rodrigues Lopes,

Teresa Pinto

